

A UNIVERSIDADE FRENTE AOS DESAFIOS DE UMA EDUCAÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

*UNIVERSITY TO CHALLENGES AHEAD OF EDUCATION
FOR SUSTAINABILITY*

Nara Rejane Moraes da Rocha¹

Niladir Butzke²

SUMÁRIO: Introdução; 1 Para um Conceito de Universidade; 1.1. Histórico e Características da Educação Superior no Brasil; 1.2. A Evolução e Desenvolvimento do Ensino Superior no Brasil; 2 Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável; 3 O Compromisso da Universidade com o Desenvolvimento Sustentável; Considerações Finais; Referências das Fontes Citadas.

RESUMO

O artigo trata de um breve conceito sobre universidade, sem a pretensão de esgotar o tema, perpassando pela história, características e desenvolvimento da educação superior no Brasil. O principal aspecto abordado pelo artigo é o desenvolvimento sustentável e a educação, buscando vários conceitos, como sustentabilidade, transnacionalidade entre outros, para tanto precisamos contextualizar os principais problemas que precisam ser enfrentados pela coletividade, globalização da degradação ambiental, a desigualdade brutal de renda e a favelização incontida, desafio para o Estado e a Sociedade, que só pode ser resolvido com mudanças de comportamento da sociedade e, a sociedade só muda e se transforma a partir da educação, para que então se possa falar em uma ética ambiental e cidadania terrestre, buscando soluções dos problemas locais com a visão de mundo. Este processo de transformação precisa da participação e do compromisso das Instituições de ensino superior com o desenvolvimento sustentável, seja no ensino, na inovação e na extensão.

PALAVRAS-CHAVE: Universidade; Educação Universitária; Desenvolvimento Sustentável.

¹ Mestranda do curso de Ciência Jurídica, da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.

² Mestranda do curso de Ciência Jurídica, da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI.

ABSTRACT

The article deals with a brief concept of the university, without claiming to exhaust the subject, passing through the history, characteristics and development of higher education in Brazil. The main aspect is covered by Article sustainable development and education, for the several concepts such as sustainability, transnationality among others, so we need to contextualize the main problems that must be faced by the community, globalization, environmental degradation, income inequality and brutal slum unrestrained, challenge for the State and Society, which can only be resolved with behavioral changes in society, and society changes and becomes only from education, so that we can talk about an environmental ethic and citizenship earth, seeking solutions local problems with the vision of the world. This transformation process needs the participation and commitment of the institutions of higher education to sustainable development, whether in education, innovation and extension.

KEYWORDS: University; Higher Education; Sustainable Development.

INTRODUÇÃO

Desde o século XIX a universidade pretende ser o lugar por excelência da produção do conhecimento científico.

A educação superior não escapa a realidade pública e política. Desde o século XIII, época da criação das primeiras universidades ocidentais, o poder constituído, laico e religioso, e a própria sociedade, têm consciência de sua importância. Universidades estas, cuja maior luta entre tantas, tem sido a de firmar seu papel e principalmente provar que são estruturadas por pessoas que pensam, pesquisam, ensinam e agem para ampliar as condições de validação de um padrão de respeito

A primeira parte deste artigo se apresenta com um cunho muito mais informativo, partindo da ótica dos autores escolhidos para embasar o conteúdo, do que um espaço de discussão propriamente dito. Feita a digressão história acerca do surgimento das universidades em nível de mundo, e posteriormente, no Brasil.

A segunda parte tem como objetivo identificar e analisar as razões e condições que levam as universidades a comprometerem-se com desenvolvimento sustentável. As questões do desenvolvimento sustentável estão em relação direta com as funções da universidade uma vez que a educação é essencial para suscitar mudanças no comportamento esperado do indivíduo enquanto que a investigação e a inovação social, científica e tecnológica funcionam como alavancas do desenvolvimento sustentável. Por outro lado, enquanto instituições de significativa importância econômica as universidades contribuem para o dinamismo da região onde se inserem e representam assim um importante elemento na implementação de um estratégia de desenvolvimento sustentável.

Em termos históricos, as primeiras referências sobre a importância da educação, e da universidade, no desenvolvimento sustentável foram feitas em eventos e documentos das Nações Unidas da década de 70. Assim, nas conferências sobre desenvolvimento humano (UNCHD, 1972) e posteriormente, sobre desenvolvimento e ambiente (UNCED, 1992), são elaborados documentos nos quais são formuladas medidas para o setor educativo.

De um modo geral, é fomentada a produção e divulgação de informação sobre os desvios ao desenvolvimento sustentável e as possíveis soluções. Sendo, ainda, atribuída à universidade a responsabilidade de educar para o desenvolvimento sustentável. Contudo, das conferências da ONU no período de 1972 a 1992 emergiu um novo consenso quanto ao papel e importância da educação no desenvolvimento sustentável. A educação, vista até ao momento como um objetivo, passa a ser vista como um meio de alcançar o desenvolvimento sustentável

Este aspecto é tanto mais importante quanto se assiste a uma "anarquia semântica" em relação ao conceito de desenvolvimento sustentável (cf. A Couto et al, 2004), observando percepções diferenciadas quanto aos seus fins últimos e seu conteúdo substantivo.

O que se pretende é retirar ensinamentos quanto a dinâmicas de transformação e capacidade institucional das universidades para pôr em concretizar, desenvolver, integrar e difundir fundamentos e práticas éticas, econômicas,

sociais e ambientais que respondam aos desafios colocados pelo desenvolvimento sustentável.

1 PARA UM CONCEITO DE UNIVERSIDADE

É imprescindível, antes de discorrer sobre A Universidade frente aos desafios de uma educação para a sustentabilidade, apresentar algumas considerações acerca do que se pretende entender como universidade, instituição universitária ou então instituição de ensino superior, quando estes termos forem mencionados no presente trabalho.

No entanto, não se objetiva aqui estabelecer um conceito rígido, imutável, até por que, isto já ultrapassaria em muito o escopo principal do artigo.

E assim sendo, a dificuldade de elaboração de um conceito não deve nos levar ao abandono da questão.

Ao iniciar uma discussão acerca das universidades, não se pode olvidar da Academia, de Platão, e do Liceu, criado por Aristóteles. Ambas as instituições podem ser consideradas precursoras das instituições que mais tarde acabariam por tornarem-se universidades.

O Liceu foi criado por Aristóteles em 335 a.C. nos moldes da Academia, também em Atenas, mas ao contrário daquela, interessada apenas pela Matemática, o Liceu voltava-se à pesquisa das Ciências Naturais.^{3 4}

Nos séculos XII e XIII, com o surgimento das primeiras Universidades da Europa, Salerno (1.150), Bolonha (1.158) e Paris (1.220), não houve a preocupação de conceituar a Universidade. O espírito da Universidade nascente só poderia ser

³ NETSABER Biografias. Disponível em:

http://www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia_c_1370.html. Acesso em 03 out. 2011.

⁴ Para uma idéia de "ciências naturais", lemos no Dicionário de Filosofia de Nicola Abbagnano: "[...] Comte distinguiria duas espécies de ciências naturais: as *ciências abstratas* ou gerais, que regem as diferentes classes de fenômenos, e as *ciências concretas*, particulares, descritivas, que consistem na aplicação dessas leis à história efetiva dos diferentes seres existentes."

pesquisado nos decretos dos reis e nas bulas papais que regulavam a sua criação.⁵

Da obra *O conceito de Universidade*, de Kenneth Minogue, abstrai-se:

No século XII, um conjunto de esforços intelectuais – editando, coletando, sistematizando – culminou com o estabelecimento do *studia generalia* por grupos de estudiosos. Eram locais de aprendizagem que, em virtude da fama de seus professores, puderam atrair estudantes de toda Cristandade: foi precisamente este significado universal que tomou tal *studia* também *generalia*. Os dois centros que se tornaram modelos para as fundações posteriores, por mérito de sua considerável distinção, foram Paris e Bolonha; mas a eles se sucederam, rapidamente, muitos outros centros, de maneira que uma rede de instituições se espalhou em breve pela Europa, desde a Espanha, de um lado, até a Polônia e Boêmia, de outro.⁶

E continua:

Ainda não se explicou com exatidão as causas que deram origem à Universidade na Idade Média. [...] Entretanto, estas escolas não representavam ainda um serviço autônomo e organizado e nem eram uma corporação de mestres e alunos como nos séculos XII e XIII. O sentido da expressão medieval "*universitas*" é de "*collegium*", "*corpus*", "*societas*", isto é, corporação de mestres e alunos com o objetivo de defender interesses comuns em relação aos estudos. (MINOGUE, 1977, p. 16)

Com isso, pode-se entender que as universidades foram produtos da atmosfera socioeconômica e cultural da sociedade européia ocidental urbana desses períodos, e por isso mesmo destinada especialmente à formação dos filhos da elite.⁷ Contudo, apesar de ajudar a entender sobre a razão de sua criação e por isso ser informação importante, esta não resolve o problema da conceituação.

⁵ PAVIANI, Jayme; POZENATO, José Clemente. **A universidade em debate**. 3. ed. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984, p. 13.

⁶ MINOGUE, Kenneth. **O conceito de Universidade**. Brasília: Editora UnB, 1977, p. 15-16

⁷ As universidades foram produto (*sic*) do instinto pela associação, como a posicionou Rashdall, "que se esprai como uma grande onda sobre as cidades da Europa, no decorrer dos séculos XI e XII". E por muitos séculos, até que a soberania política começasse a enfraquecer sua independência, exerceram ao máximo a liberdade de associação do feudalismo. (MINOGUE, 1977, p. 16)

Segundo Paviani e Pozenato:

A reflexão sistemática sobre a Universidade começa a partir do século XIX com a criação da *Universidade de Berlim* e da *Universidade Católica da Irlanda*. Desde então surgem diversos autores que merecem destaque: *Kant, Fichte, Humboldt, Schelling, Rashdall, Nietzsche, Newman*. E especialmente no século XX destacam-se: *Max Scheler, Whitehead, Ortega y Gasset, Jaspers, Catureli, GUSDORF, Darci Ribeiro, Anísio Teixeira [...]*.⁸

Continuam os autores:

A universidade atual conserva algumas características da tradição e, ao mesmo tempo, possui características peculiares. Isto se deve às novas exigências históricas, tanto por parte da sociedade, como da renovação do pensamento filosófico e científico. A ciência moderna conhece novos procedimentos metodológicos, novas necessidades sociais a serem atendidas, novas tecnologias a serem criadas.⁹

A esta altura, a busca por um conceito de universidade nos faz perceber que se encontra mais facilmente escritos sobre as suas funções e não uma definição propriamente dita. A respeito do dito ensino de profissões e da investigação científica, é interessante o que nos diz mais uma vez Sousa Santos:

Se é verdade que o objetivo da formação profissional, apesar de toda atenção que tem merecido desde a década de sessenta, não conseguiu eliminar o objetivo (*sic*) educacional geral da universidade, não é menos verdade que este, apesar de inerente à idéia de universidade, não conseguiu nunca suplantar o objetivo primordial da investigação.¹⁰

Estas e talvez outras funções da universidade não fosse estranhas mesmo ao dito senso comum, claro que, sempre com diferença substancial na forma de sua expressão, e por isso mesmo, entende-se que ainda persiste a necessidade de delinear alguns pontos que permitam conceituar mais concretamente o que podemos entender por universidade.

⁸ PAVIANI, Jayme; POZENATO, José Clemente. **A universidade em debate**. 3. ed. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984, p. 13.

⁹ PAVIANI, Jayme; POZENATO, José Clemente. **A universidade em debate**. 3. ed. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984, p. 13.

¹⁰ SANTOS. Boaventura de Sousa. *Da ideia de universidade a universidade de ideias*. **Pela mão de Alice** – o social e o político na pós-modernidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999, p. 199.

Nesse ínterim, novamente Paviani e Pozenato vêm contribuir:

Uma característica primordial da Universidade é seu caráter de *instituição*, no sentido jurídico e social deste termo. Busca sua institucionalização ou constituição em torno de uma série de elementos: leis, decretos, estatutos, prédios, laboratórios, em perfeita harmonia. Como fenômeno cultural vive uma constante tensão entre as forças da tradição e do futuro. De um lado, tende a uniformizar-se, a conservar-se, e de outro lado, tende a mudar sua estrutura e funcionamento para realizar os fins e as funções exigidas pela sociedade de cada época.¹¹

Assim, pela conjuntura apresentada até o presente momento, à pergunta inicial referente ao conceito de universidade, percebe-se que a mesma não permite ser respondido de modo geral ou mesmo, abstrato, fora de um contexto em que surgiu ou se desenvolveu este instituto. A universidade é uma organização complexa porque está inserida nos processos histórico-sociais em que vivemos, é plural em função das múltiplas atividades que realiza.

A universidade cumpriu em diversas épocas e ao longo dos anos em diferentes lugares suas funções, estas definidas em conformidade com as relações estabelecidas com a sociedade política e com a sociedade civil. Diante destes fatos e pelos diferentes interesses do Estado, dos setores econômico-sociais e dos próprios membros da universidade fizeram com que as mesmas sempre mantivessem discussões sobre seus fins, sua especificidade e sua identidade. Logo, de forma resumida, nos é permitido então, chegar à seguinte consideração a fim de concluir este primeiro tópico do trabalho: as universidades apresentam uma série de características próprias, que podem ser compreendidas como: a) instituição jurídica, regulada por lei, compreendendo um corpo de mestres, alunos e funcionários, sujeitos de obrigações e direitos; b) oferecimento de conjunto de disciplinas ordenadas segundo critérios pré-estabelecidos; c) formação profissional; d) desenvolvimento das ciências e das humanidades, através do ensino e da investigação científica; e) graus acadêmicos conferidos aos alunos no fim dos estudos.¹²

¹¹ PAVIANI, Jayme; POZENATO, José Clemente. **A universidade em debate**. 3. ed. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984, p. 14-15

¹² PAVIANI, Jayme; POZENATO, José Clemente. **A universidade em debate**. 3. ed. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984, p. 16.

Para Sobrinho na história das universidades sempre existiram expectativas diversas das suas finalidades sociais que expressaram projetos científicos, culturais, ideológicos, técnicos, sociais diferentes; elas relacionaram-se com as classes dominantes e com o poder instituído das sociedades em que estavam inseridas e, apesar de não existir uma concepção única de universidade e de suas características serem tecidas historicamente em determinado tempo e, ou, espaço, conseguiram alcançar certa identidade universal. Assim, “nenhuma concepção de educação superior se isenta de visões de mundo e ideias de sociedade ideal”¹³

1.1 Histórico e Características da Educação Superior no Brasil

No Brasil, a universidade é um instituto social recente. Se olharmos a América Espanhola, constata-se que desde os primeiros tempos de colonização foram criadas universidades. Assim a Universidade de São Marcos, em Lima foi fundada em 1551, só instalada oficialmente no Brasil quando sua presença se fez necessária. Nada tem em comum com os similares estrangeiros, cuja fundação se conta por séculos.¹⁴

Para facilitar o estudo e a compreensão, entende-se por bem fazer à divisão da história das universidades no Brasil dividindo-se a mesma inicialmente em três períodos: colonial, imperial e republicano.

No período colonial, diferentemente do que ocorreu nas colônias espanholas, não se criou universidades no Brasil, bastando dizer que no Colégio da Bahia, organizado e mantido pelos jesuítas, ensinavam-se os clássicos, as artes, a filosofia, a teologia e outras ciências, deixando claro o objetivo fundamentalmente eclesiástico, e que por isso não pode ser considerada uma

¹³ DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria?** Educação e Sociedade. Campinas, vol. 25, nº 88, Especial, out., 2004. p.725.

¹⁴ PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da Universidade.** São Paulo: Cortez, 1986. p. 17.

instituição universitária nos moldes das que vinham sendo instituídas nas colônias espanholas.¹⁵

De qualquer forma, o importante sobre o período colonial é saber que foram nos colégios Jesuítas que se manteve e difundiu-se a cultura intelectual, funcionando os mesmos como substitutivos do papel da Universidade. Ainda, sobre o período colonial, em relação às tentativas de criação da universidade no país, asseveram os mesmos autores:

[...] Enquanto isso, o Governo de Portugal limitava-se a implantar Aulas Régias, que funcionavam como escolas isoladas para o ensino de filosofia, do latim, da retórica e da poética, ou seja, das Humanidades. Um fato importante foi a fundação, em 1771, da Academia Científica do Rio de Janeiro, dedicada aos estudos de física, química, história natural, medicina, cirurgia, farmacologia e agricultura.¹⁶

Infelizmente, em 1790 a Academia Científica do Rio de Janeiro não mais existia, apesar dos relevantes trabalhos realizados. Contudo, a vinda de D. João para o Brasil, em 1808, reavivou a idéia da criação da universidade no Brasil.

Por fim, restou frustrada mais uma tentativa de instauração da universidade no país. O que se sabe é que Dom João acabou por criar apenas alguns cursos profissionais, sem interligação uns com os outros, no Rio de Janeiro e na Bahia.

As razões que levaram a não instituição de uma universidade no Brasil, habitualmente são tidas como a falta de pretensão de enraizamento com que os portugueses aqui aportaram. Desde sempre, soubesse que a Terra dos papagaios era tida como uma colônia de extração e não de povoamento.

E desta idéia não destoam Paviani e Pozenato:

Na realidade, o verdadeiro motivo poderia estar na política de dependência econômica, inicialmente comercial e depois industrial, com que Portugal administrava a sua colônia. Para assegurar a dependência econômica, era fundamental

¹⁵ PAVIANI, Jayme; POZENATO, José Clemente. **A universidade em debate**. 3. ed. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984, p. 64

¹⁶ PAVIANI, Jayme; POZENATO, José Clemente. **A universidade em debate**. 3. ed. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984, p. 65

dependência política. E para a manutenção desta última era fundamental a dependência da inteligência e da cultura.¹⁷

Estas são hipóteses que devem ser consideradas, inclusive como ponto de partida para a reflexão sobre o papel da Universidade na realidade brasileira.

No ano de 1823, por ocasião dos debates para elaboração da Constituição, reacende-se a idéia da criação de universidades, projeto que passaria a constar do artigo 179 da Carta Magna. É a realidade que começa a se destacar no período imperial.

Sem a pertinência necessária para se caracterizar como universidade, o que se sabe é que se seguiu no Brasil o modelo francês, de criar escolas profissionais autônomas, para a formação de profissionais liberais, como médicos, engenheiros e advogados. E segundo Paviani e Pozenato, esse modelo correspondia às necessidades da ordem social vigente, no sentido de reforçá-la.

Dando continuação à linha do tempo, chega-se ao período republicano¹⁸, e acerca do mesmo, o excerto de Paviani e Pozenato é o seguinte:

Os homens que fizeram a república não tinham idéias mais claras que os do império sobre o que é Universidade. A situação se torna ainda mais grave com o predomínio da ideologia positivista, contrária à criação de Universidades, por verem nelas um retrocesso ao medievalismo. Firma-se ainda mais a mentalidade pragmatista de cursos exclusivamente profissionais.¹⁹

O primeiro projeto de universidade depois da proclamação da República, apresentado à Câmara dos Deputados em 1903 por Gastão da Cunha, citava no parágrafo primeiro do artigo quarto como função da mesma “ministrar a instrução secundária e superior por intermédio de suas Faculdades, tendo em mira dar ao ensino um cunho eminentemente prático e profissional”.²⁰

¹⁷ PAVIANI, Jayme; POZENATO, José Clemente. **A universidade em debate**. 3. ed. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984, p. 66

¹⁸ A título de curiosidade, comenta-se que o período que vai da proclamação da República, em 1889, até a revolução de 1930, é chamado, comumente, de república velha, de primeira república ou de república oligárquica.

¹⁹ PAVIANI, POZENATO, op. Cit., p. 67.

²⁰ PAVIANI, Jayme; POZENATO, José Clemente. **A universidade em debate**. 3. ed. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984, p. 67

Segundo Paviani e Pozenato:

Em 1920, finalmente, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro²¹. Tivemos então a instituição, mas não propriamente a Universidade. A mentalidade com que foi criada continuava a mesma. A instituição agora denominada Universidade, assumia a tradição do ensino superior no Brasil.²²

Continuam os autores:

Depois de 1930, a grande maioria das Universidades hoje existentes foi criada pelo mesmo diapasão, isto é: pelo agrupamento de faculdades profissionais, sem um centro integrador e sem preocupação com as ciências fundamentais e a investigação. Apenas três – a Universidade de São Paulo (1834), a Universidade do Distrito Federal (1935) e a Universidade Nacional de Brasília (1961) – nasceram de uma ideia adequada de Universidade.

Apesar dos desvios que as três sofreram com relação à sua concepção inicial, pelas leituras e estudos chega-se à conclusão de que foram estas que realmente iniciaram uma tradição universitária no Brasil e permitiram que a Reforma Universitária de 1968, que proporia enfim um modelo não comprometido apenas com o ensino profissionalizante.²³

1.2 A EVOLUÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO SUPERIOR DO BRASIL

Esquemáticamente, examinaram-se alguns momentos decisivos da história da Universidade do Brasil: o período colonial (1500 – 1822), o período imperial (1822 – 1889), o primeiro período republicano (1889 – 1930) e o segundo período republicano (1930 – 1968). O ano de 1968, pelas profundas mudanças acontecidas em todos os planos da vida nacional, inclusive na Universidade, pode talvez ser já indicado como início de um terceiro período republicado, no qual ocorre a “reforma universitária”.

²¹ Neste mesmo período, especificamente no ano de 1927, se tem também a Universidade de Minas Gerais, que juntamente com a do Rio de Janeiro, foi a única que persistiu. (CUNHA, 1980, p. 133-134)

²² PAVIANI; POZENATO, op. cit., p. 66-67.

²³ PAVIANI; POZENATO, op. cit., p. 68.

Neste momento, são oportunas as palavras de Sousa Santos, quando diz que “Um pouco por todo lado a universidade confronta-se com uma situação complexa: são-lhe feitas exigências cada vez maiores por parte da sociedade ao mesmo tempo em que se tornam cada vez mais restritivas as políticas de financiamento das suas atividades por parte do Estado”.²⁴

A universidade atual intensificou sua função de preparação de profissionais dos mais diversos campos da atividade humana. Diante da expansão e da massificação do ensino, procura enfrentar as necessidades do mercado e adaptar-se às novas carreiras profissionais cuja escolha, muitas vezes, depende mais do dinheiro e do prestígio social que elas oferecem do que propriamente das verdadeiras inclinações do homem e das tendências sociais.²⁵

Também Marilena Chauí contextualiza a universidade brasileira, afirmando que a universidade é uma instituição social que aspira à universalidade e que,

Tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa [...] se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (ou imaginada ou desejada) que lhe permita responder às contradições impostas por essa divisão.²⁶

O desafio constante e fundamental é que a universidade seja uma instituição de formação e não uma instituição que capacita mão-de-obra para o mercado, um espaço de conhecimento criativo, não apenas profissionalizante.

2 EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A globalização da degradação ambiental, a desigualdade brutal de renda, a favelização incontida converteu a sustentabilidade em um tema de relevância mundial, um desafio para o Estado e a Sociedade. Nesta perspectiva Freitas assim conceitua sustentabilidade:

²⁴ SANTOS. Boaventura de Sousa. Da *ideia de universidade a universidade de ideias*. **Pela mão de Alice** – o social e o político na pós-modernidade. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1999, p. 187.

²⁵ Ibid., p. 17.

²⁶ CHAÚÍ, Marilena de Souza. Escritos sobre a universidade. São Paulo: Ed. Unesp, 2001a, p. 216.

O conceito proposta para o princípio da sustentabilidade: trata-se do princípio constitucional que determina, independentemente de regulação legal, com eficácia direta e imediata, a responsabilidade do Estado e da sociedade pela concretização solidária do desenvolvimento material e imaterial, socialmente inclusivo, durável e equânime, ambientalmente limpo, inovador, ético e eficiente, no intuito de assegurar, preferencialmente de modo preventivo, no presente e no futuro, o direito ao bem-estar físico, psíquico e espiritual, em consonância homeostática com o bem de todos.²⁷

A sustentabilidade não pode ser somente um “lema ou tema” ou um “mote publicitário”, ou estar restrita a determinados grupos pensantes. Esta temática precisa permear as várias áreas do saber, exige transformações e mudança de valores, não só do Estado, agentes econômicos, mas, também da sociedade.

O desenvolvimento sustentável é uma temática contemporânea, onde desponta o significado da educação ambiental, seja formal ou não formal. Isto exige sistemas educativos com capacidade de compreender, reagir, adaptar-se, e de avanços para atender as novas necessidades sociais e econômicas, a transnacionalidade e as migrações são duas dessas ondas intimamente relacionadas.

Conforme preconiza Stelzer “No presente estudo, ‘transnacionalidade’ é concebido como aquilo que atravessa o nacional, que perpassa o Estado, que está além da concepção soberana do Estado e, por consequência, traz consigo, inclusive, a ausência da dicotomia público e privado”²⁸. Transnacionalidade é a compreensão de novos espaços públicos que não se interligam a um espaço territorial determinado, vai para além da ideia de nação jurídica, e do conceito de público é privado.

Segundo o documento da UNESCO (Estratégia em Médio Prazo da UNESCO 2008-2013) É crescente o número de pessoas que migram em busca de emprego e de uma vida melhor. As migrações internacionais, voluntárias ou não, atingem níveis sem precedentes. Em 2005, havia quase 190 milhões de pessoas expatriadas, ou seja, cerca de 3% da população mundial, e tal situação torna

²⁷ FREITAS, Juarez. Sustentabilidade: direito ao futuro/ Juarez Freitas. Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 40.

²⁸ CRUZ, Paulo Márcio (org.). Direito e transnacionalidade/ Paulo Márcio Cruz, Joana Stelzer (orgs.)/Curitiba: Juruá, 2009.

necessária a aquisição de conhecimentos e competências – especialmente interculturais – novas.

Ao indagarmos “para que educação?” devemos refletir sobre as novas necessidades sociais e econômicas do mundo pós-moderno. 1) O crescimento econômico; 2) a fragmentação do conhecimento e 3) o poder do Estado e do mercado. Pontos estes que necessitam de novos paradigmas de conhecimento.

Para pensar então uma Educação Ambiental, Leff ²⁹ afirma que esta deve pautar-se em 1) uma nova ética que oriente os valores e comportamentos sociais; 2) Uma nova concepção de mundo que leve a um novo saber e a uma reconstituição do conhecimento. Para atendimento destas novas demandas a educação ambiental deve envolver todo o universo educativo e a comunidade universitária num viés interdisciplinar, pois, a atual realidade pede um pensar menos linear, e isso acontece na inter-relação de saberes e de práticas que criam identidades coletivas e a atitudes solidárias, privilegiando não a linearidade, mas o diálogo entre saberes.

O complexo processo de transformação do planeta, não representa apenas uma ameaça, mas um sério risco socioambiental com enormes danos ecológicos e sociais. A concepção “sociedade de risco” de Beck amplia a compreensão de um cenário marcado por uma nova lógica de distribuição de riscos.

Risco para Beck³⁰ é o enfoque moderno da previsão e controle das consequências futuras da ação humana, as diversas consequências não desejadas da modernização radicalizada. Toda sociedade tem experimentado perigos, porém o regime do risco é uma função de uma nova ordem: não nacional, é global. Está intimamente relacionada com o processo administrativo e técnico da decisão.

²⁹ LEFF, Henrique. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001, p. 237.

³⁰ BECK, Ulrich. **Lasociedad de riesgo global.** Tradução de Jesus Albores Rey. Madrid: Siglo Veinteuno de España Editores. 2002. 290p.

Diz Beck³¹ a análise do risco requer um enfoque interdisciplinar. A ciência do risco sem a imaginação sociológica do risco construído e contestado é cega. A ciência do risco não informada sobre a “segunda natureza” tecnologicamente fabricada das ameaças é ingênua. A ontologia do risco como tal não garante o acesso privilegiado a nenhuma forma específica de conhecimento. Obrigam a todos a combinar duas pretensões de racionalidades diferentes e freqüentemente divergentes, a atuar e a reagir frente às “certezas contraditórias”.

A temática da sustentabilidade se contrapõe ao paradigma da “sociedade de risco”. Implica isso na necessidade de aumentar as práticas sócias com base no fortalecimento ao direito de informação e à educação ambiental em uma perspectiva de integração. Intensifica, portanto a necessidade de ampliar os meios de informação e principalmente o acesso a eles, para promoção do crescimento da consciência ambiental, aumentando as possibilidades das pessoas participarem em um nível mais alto dos processos decisórios, como forma de fortalecimento da cooparticipação de todos na fiscalização e controle dos agentes de degradação ambiental.

A relação entre sustentabilidade e educação tem um papel extremamente desafiador, que demanda novos saberes para apreender processos sociais que se complexificam na “sociedade de risco”.

A UNESCO elaborou uma concepção global do desenvolvimento sustentável fundamentada em três elementos chave, que são a sociedade, o meio ambiente e a economia, já que a cultura é um elemento subjacente.

É de suprema importância entender que a educação deve atender a outro tipo de desenvolvimento, o sustentável, de forma abrangente como podemos apreender do documento da UNESCO³²

³¹ ³¹ BECK, Ulrich. **Lasociedad de riesgo global**. Tradução de Jesus Albores Rey. Madrid: Siglo Veinteuno de España Editores. 2002. 290p.

³² A Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), coordenada pela UNESCO, visa, principalmente, transformar as modalidades e a finalidade da educação, estimulando os países a reorientar seu sistema educacional. (Estratégia em Médio Prazo da UNESCO 2008-2013)

Sobre essa base, a educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) significa uma educação permanente com vistas à aquisição de valores, conhecimentos e competências que ajudem as crianças, os jovens e os adultos a encontrar soluções inéditas aos problemas sociais, econômicos e ambientais que afetam suas condições de vida.³³

O grande desafio é de pensar em uma educação ambiental crítica, inovadora, multidimensional uma educação de e para todos, formal e não formal, significa a vontade de entender as leis da natureza e, acima de tudo ser um ato político que busca a transformação social. O seu objetivo deve ser relacionar o ser humano a natureza e o universo. Esta educação é permeada pelo contido no global e no local.

Ao referenciarmos à educação ambiental, situamo-na no contexto mais amplo, o da educação para a cidadania, a cidadania terrestre, proposta por Morin.

3 O COMPROMISSO DA UNIVERSIDADE COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

É importante que a Universidade não seja apenas uma instituição que capacita mão-de-obra, mas que ela seja formadora, um espaço para criatividade, sistematização e socialização deste saber criativo. Por isso a sua função hodierna é estar comprometida com o desenvolvimento sustentável. Para Síveres a universidade deve estar comprometida com sua finalidade.

A universidade, na fidelidade à sua finalidade tem a grande oportunidade para revelar uma educação comprometida com o ser humano (dimensão antropológica), por meio de um processo formador (dimensão pedagógica), e apontar, de forma responsável, para os destinos democráticos da sociedade (dimensão política).³⁴

³³ (Estratégia em Médio Prazo da UNESCO 2008-2013)

³⁴ SÍVERES, Luiz. Universidade; torre ou sino?. Brasília: Universa, 2006, p. 146.

Tem portanto, a universidade, o compromisso ínsito de pensar o ser humano como um todo, em uma visão holística, a partir destes princípios e na perspectiva da ética, as mudanças de valores e comportamento do indivíduo podem projetar diferenciados de educação ambiental para alcançar a sustentabilidade.

As questões atinentes ao desenvolvimento sustentável estão correlacionadas diretamente com as funções da universidade uma vez que a educação é essencial para provocar mudanças no comportamento da sociedade, partindo da premissa que a pesquisa científica e as inovações tecnológicas são as molas propulsoras do desenvolvimento sustentável. Entendendo que, enquanto instituições de grande significado econômico as universidades contribuem para o desenvolvimento da região onde se inserem, representando um aspecto fundamental na implementação de estratégias de desenvolvimento sustentável.

Para cumprir esta missão a universidade precisa compreender as necessidades da sociedade e cumprir seu papel de manter o ensino, incentivar a pesquisa e comprometer-se através da extensão, interligando por meio do diálogo entre os saberes, e da dicotomia com a construção de uma sociedade sustentável.

Para Leff esta questão está posta da seguinte maneira:

A educação para o desenvolvimento sustentável exige novas orientações e conteúdos; novas práticas pedagógicas, nas quais se plassem as relações de produção de conhecimento e os processos de circulação, transmissão e disseminação do saber ambiental.³⁵

A universidade deve desafiar-se em um esforço profundo para sair do isolamento que permaneceu por décadas, deixando de desenvolver as suas funções principais, quais sejam o ensino, a pesquisa e a extensão, voltadas para a qualidade social. Para Boaventura Santos:

Compete à universidade criar as condições para que a comunidade científica possa refletir nos pesados custos sociais que o seu enriquecimento pessoal e científico acarretou para comunidades sociais bem mais amplas.³⁶

³⁵ LEFF, Henrique. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In REGATA, Marcos (org). Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 127.

³⁶ SANTOS, B. de S. 1996. Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, p. 224.

Em termos históricos, as primeiras referências sobre a importância da educação, e da universidade, no desenvolvimento sustentável foram feitas em eventos e documentos das Nações Unidas da década de 70. Assim, nas conferências sobre desenvolvimento humano (UNCHD, 1972) e posteriormente, sobre desenvolvimento e ambiente (UNCED, 1992), são elaborados documentos nos quais são formuladas medidas para o setor educativo.

A UNESCO na Conferência Mundial sobre Ensino superior em 2009, diz da responsabilidade social da educação superior, dedicando alguns pontos dos quais cabe destacar:

1. A Educação Superior como um bem público;
2. O avanço do conhecimento multifacetado, que envolva questões culturais, científicas, econômicas e sociais, e especialmente a nossa capacidade de responder a elas ou aos desafios globais que são postos e concernentes a elas, tais como a segurança alimentar, as mudanças climáticas, uso consciente de água e energia renovável, o diálogo intercultural e a saúde pública;³⁷

O mesmo documento menciona diretrizes para a internacionalização, regionalização e globalização, dedicando onze pontos de pauta, destacando-se:

1. Cooperação internacional solidária, de respeito mútuo, com a promoção de valores humanísticos e interculturais. As IES ao redor do mundo devem ter o compromisso com o desenvolvimento, com conhecimentos que ultrapassem fronteiras e que promovam a paz e o entendimento cultural.³⁸

As questões atinentes ao desenvolvimento sustentável estão relacionadas diretamente com as funções da universidade, pois, somente através da educação pode-se suscitar mudanças no comportamento do ser humano.

Para Motta³⁹ a educação, particularmente a educação superior no contexto da sociedade atual, com ênfase na evolução educacional contemporânea representada pelo universo das tecnologias inovadoras, da dominância das mídias de sua adequada apropriação aos processos de ensino e aprendizagem A inovação é reconhecidamente o instrumento fundamental para o desenvolvimento sustentável, para a geração de emprego e renda e para a

³⁷ UNESCO. Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009, as novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social. Paris. UNESCO, ed. 2009/CONF 402/2 (mimeo), p. 2.

³⁸ UNESCO. Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009, as novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social. Paris. UNESCO, ed. 2009/CONF 402/2 (mimeo), p. 4.

³⁹ MOTTA, Ronaldo. In: COLOMBO, Sonia Simões; RODRIGUES, Gabriel Mario (coord.) **Desafios da gestão universitária contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2011. Cap. 4. p. 81-96.

democratização de oportunidades enquanto que a investigação e a inovação social, científica e tecnológica funcionam como alavancas do desenvolvimento sustentável. As universidades enquanto instituições de significativa importância econômica contribuem para o dinamismo da região onde se inserem e representam assim um importante elemento na implementação de um estratégia de desenvolvimento sustentável.

Enfim, a universidade é convocada para ocupar o seu papel de agente de transformação por meio da geração e acesso ao conhecimento, bem como sua grande missão de disseminar este conhecimento.

A importância do ensino ambiental superior de educar para o desenvolvimento sustentável é inconteste, não apenas para a conscientização e formação de uma ética da sustentabilidade como frisa Freitas:

Há um dever ético de sustentabilidade ativa, que esclarece, não manipula, nem instrumentaliza. Existe dever ético de ser benéfico para todos os seres, no limite do possível, não apenas deixar de prejudicá-los.⁴⁰

Emerge assim um novo consenso quanto ao papel e importância da educação no desenvolvimento sustentável. A educação, até então vista como um objetivo passa a ser vista como um meio de alcançar o desenvolvimento sustentável, para cumprir esta missão a universidade não pode ser um organização reflexa do progresso econômico, mas uma instituição potencializadora de um processo capaz de contribuir para a construção de uma sociedade sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo procurou problematizar o comprometimento das universidades para um desenvolvimento sustentável. Para lograr este intento, passou-se em revista a origem e a evolução da universidade no Brasil e no mundo.

O artigo tem como escopo descrever alguns conceitos para melhor entender o desenvolvimento sustentável e a educação superior, não tendo como objetivo enveredar pelos meandros da pedagogia e suas múltiplas escolas, mas sim fixar

⁴⁰ FREITAS, Juarez. Sustentabilidade: direito ao futuro/ Juarez Freitas. Belo Horizonte: fórum, 2011, p. 58

e trabalhar conceitos que permeiam o tema, tais como sustentabilidade, que não é um conceito unívoco, não podendo ser vítima de enfoques banais ou reducionistas, pois, segundo Freitas “há, sem hierarquia rígida e sem caráter exaustivo, pelos menos cinco dimensões da sustentabilidade, mais ou menos entrelaçados como galhos de uma mesma árvore. A saber: [...] dimensão social, ética, ambiental, econômica e jurídico-política da sustentabilidade”.⁴¹

Tudo isso nos faz buscar e querer um novo pensar, uma nova forma integral de ser, uma nova educação. Onde as universidades devem procurar, definir e disseminar uma noção clara de desenvolvimento sustentável e incentivar a prática de princípios de desenvolvimento sustentável mais apropriados ao nível local, nacional e global, através de suas potencialidades de ensino, inovação e extensão, enfatizando a ética, na percepção de que todos os seres possuem uma ligação natural, no compromisso do bem estar geral para se pensar em uma cidadania terrestre.

Destacar as capacidades da universidade em ensinar e desenvolver investigação sobre os princípios do desenvolvimento sustentável, na universidade e para o público em geral.

É de grande relevância que a educação ambiental deve ser contínua, perpassa pela educação formal e não formal, permanente e integral, não na condição de uma disciplina específica, mas em uma abordagem holística e interdisciplinar. Diz que “a educação ambiental requer a construção de novos objetos interdisciplinares de estudos através da problematização dos paradigmas dominantes, da formação dos docentes e da incorporação do saber ambiental emergente em novos programas curriculares”.⁴²

REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (Org.). **O público e o privado na Educação: Interfaces entre Estado e sociedade**. São Paulo: Xamã, 2005.

⁴¹ FREITAS, Juarez. Sustentabilidade: direito ao futuro/ Juarez Freitas. Belo Horizonte: fórum, 2011, p. 55.

⁴² LEFF, Henrique. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In REGATA, Marcos (org). Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 1999, p. 115.

ROCHA, Nara Rejane Moraes da; BUTZKE, Niladir. A universidade frente aos desafios de uma educação para a sustentabilidade. Revista Eletrônica Direito e Política, Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.6, n.2, 2º quadrimestre de 2011. Disponível em: www.univali.br/direitoepolitica - ISSN 1980-7791

BAZZO, Vera Lúcia; PEGORARO, Ludimar; PERONI, Vera Lúcia Vidal (Org.). **Dilemas da Educação Brasileira em Tempos de Globalização Neoliberal: entre o público e o privado**. 3ª Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

BOAVENTURA, Edivaldo. **A Educação Brasileira e o Direito**. Salvador: Editora Ciências Jurídicas, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2002.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm>. Acesso em 03 de out. 2011.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 6 ed. Lisboa: Almedina, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Temporã**: o ensino superior da colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1980. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Academia_de_Plat%C3%A3o> Acesso em: 03 de out. 2011.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria?** Educação e Sociedade. Campinas, vol. 25, nº 88, Especial, out., 2004.

FAVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Curitiba, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 29 Ago 2008.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque; MACHADO, Deise (Org.). **Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente**. São Paulo: Cortez, 2004.

FRANTZ, Walter; SILVA, Enio Waldir da. **As funções sociais da Universidade: o papel da extensão e a questão das comunitárias**. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.

GERMANO, José Wellington. **Estado militar e educação no Brasil (1864 – 1985)**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1994.

GIDDENS, Antony. **A terceira via**: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HERKENHOFF, João Batista. **Dilemas da Educação. Dos apelos populares à Constituição**. São Paulo: Cortez, 1989.

LEFF, Henrique. **Saber ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade,

poder. Tradução Lúcia Mathilde Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001

_____. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável.** In REGATA, Marcos (org). **Verde cotidiano:** o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

MINOGUE, Kenneth. **O conceito de Universidade.** Brasília: Editora UnB, 1977.

NETSABER Biografias. Disponível em: http://www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia_c_1370.html. Acesso em 03 de out. 2011.

PASOLD, Cesar Luiz. **Metodologia da Pesquisa Jurídica:** teoria e prática. 12. ed. rev. Florianópolis : Conceito Editorial, 2011.

PAVIANI, Jayme; POZENATO, José Clemente. **A universidade em debate.** 3. ed. Caxias do Sul: Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

PINTO, Álvaro Vieira. **A questão da Universidade.** São Paulo: Cortez, 1986

RANIERI, Nina Beatriz. **Educação Superior, Direito e Estado.** Na Lei de Diretrizes e Bases. São Paulo: Edusp: FAPESP. 2000.

RANIERI, Nina Beatriz. **Reflexões sobre as implicações da legislação de ensino na vida acadêmica.** *Cadernos 3*, Brasília: Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior, 1999.

SANTOS. Boaventura de Sousa. *Da ideia de universidade a universidade de ideias.* **Pela mão de Alice** – o social e o político na pós-modernidade. 5. Ed. São Paulo: Cortez, 1999.

SGUISSARDI, Valdemar. **Reforma universitária no Brasil - 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro.** *Educ. Soc.* Campinas, v. 27, n. 96, 2006 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302006000300018&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 29 de ago. 2008.

SÍVERES, Luiz. **Universidade: torre ou sino?.** Brasília: Universa, 2006.

UNESCO. Conferência Mundial sobre Ensino Superior 2009, as novas dinâmicas do ensino superior e pesquisas para a mudança e o desenvolvimento social. Paris. UNESCO, ed. 2009/CONF 402/2 (mimeo)